



REPARAÇÃO HISTÓRICA

Estado admite crueldade com povo Áwa na ditadura

Avá-Canoeiros recebem anistia política coletiva por perseguição e remoção da terra onde viviam, no Araguaia. Decisão oficializa pedido de desculpas e reconhece os crimes de agentes públicos contra os originários durante o regime militar

» RAFAELA BOMFIM*

O Estado brasileiro reconheceu oficialmente que o povo indígena Áwa (Avá-Canoeiro do Araguaia) foi perseguido e teve direitos violados durante a ditadura (1964-1985). A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Anistia, vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que concedeu a anistia política coletiva ao grupo indígena. Além do reconhecimento da responsabilidade do Estado, o governo formalizou um pedido público de desculpas pelos danos causados durante o regime militar, em uma medida considerada de reparação histórica, preservação da memória e reconhecimento institucional das violações cometidas.

A decisão foi oficializada por meio da Portaria 1.186, assinada pela ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania e publicada ontem. O ato atende ao requerimento apresentado pela Associação do Povo Áwa (APÁWA), em conjunto com o Ministério Público Federal no Tocantins. O reconhecimento tem como fundamento o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal e a Lei 10.559, que regulamenta a concessão da anistia política.

Diferentemente da anistia individual, a anistia política coletiva reconhece que um grupo inteiro foi alvo de perseguição por ações do Estado. No caso do povo Áwa, o entendimento da Comissão de Anistia considera que, durante a ditadura, os indígenas sofreram violência, perda do território tradicional, deslocamentos forçados e outras violações praticadas em nome de políticas governamentais implementadas naquele período.

A medida representa o reconhecimento oficial de uma responsabilidade histórica do Estado brasileiro. Além do pedido de desculpas, a decisão fortalece iniciativas de preservação da memória, amplia o registro

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Kamutaja com a filha: finalmente, o reconhecimento de que uma nação originária sofreu nas mãos de agentes do Estado que deveriam protegê-los

institucional das violações sofridas pelos povos indígenas e pode servir de base para outras medidas de reparação previstas em lei.

Filha de Kawkamy Áwa, a única sobrevivente do massacre ainda viva, Kamutaja Áwa afirmou ao **Correio** que a decisão representa um marco para a comunidade. “É importante para o nosso povo porque é o Estado brasileiro reconhecendo os erros cometidos contra os nossos direitos na época da ditadura militar, que ocasionou a perda do nosso território. Esse pedido de desculpas é o primeiro passo do Estado”, afirmou.

Segundo Kamutaja, o

reconhecimento também pode abrir caminho para que outros povos indígenas perseguidos na ditadura tenham suas histórias oficialmente reconhecidas. “Essa conquista abre portas para outros povos. Também fomos vítimas da ditadura militar, principalmente por causa do avanço econômico sobre os nossos territórios. Agora existe um julgamento coletivo voltado para os povos indígenas, e isso é importante porque reconhece que também sofremos com ações do Estado naquele período”, explicou.

A história que levou ao reconhecimento oficial começou no

início da década de 1970. À época, o território Taego Áwa, localizado na região do Araguaia, então pertencente ao estado de Goiás e atualmente situado no Tocantins, foi invadido por integrantes militarizados da então Fundação Nacional do Índio (Funai). Em plena ditadura, operações realizadas sob o discurso da segurança nacional e do desenvolvimento atingiram diretamente o povo Avá-Canoeiro.

Ataque e expulsão

Durante o ataque, Kawkamy Áwa tinha apenas 12 anos. Para sobreviver, escondeu-se dentro

de um tronco de árvore tomado por formigas, suportando as picadas para não ser encontrada. Ela permaneceu escondida até ser chamada pelo pai, que havia sido obrigado a se entregar após a captura da esposa e de outro filho, ainda bebê. Kawkamy tornou-se a única sobrevivente viva do massacre.

Depois da ação, os sobreviventes foram levados pela Funai para o Posto Indígena Canoanã, na Ilha do Bananal, onde passaram a viver entre o povo Javaé. Embora permanecessem na mesma área, enfrentaram isolamento e marginalização, longe do território de origem



É importante porque é o Estado brasileiro reconhecendo os erros cometidos contra os nossos direitos, que ocasionou a perda do nosso território. Esse pedido de desculpas é o primeiro passo”

Kamutaja Áwa, filha da única sobrevivente da perseguição aos Avá-Canoeiros

e das condições que mantinham antes da expulsão.

A existência da família voltou a ser conhecida em 2009, quando uma antropóloga e uma ambientalista encontraram os Avá-Canoeiros durante estudos voltados à identificação territorial da região. A partir desse contato, foi iniciado o processo de reconhecimento da terra tradicional do povo Áwa. O estudo foi entregue à Funai em 2012, o caso foi incluído nos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade em 2014 e, dois anos depois, o direito ao território foi reconhecido. Até hoje, porém, a comunidade aguarda a retirada de ocupantes da área para retornar definitivamente às suas origens.

O reconhecimento da anistia política coletiva encerra uma etapa importante do processo ao registrar oficialmente que o povo Áwa foi vítima de perseguição política durante a ditadura. A decisão insere a trajetória da comunidade entre as violações reconhecidas pelo Estado brasileiro e reforça o compromisso institucional de preservar essa memória para que episódios semelhantes não se repitam.

VIOLÊNCIA

Suspeita de matar casal em BH é presa

» IZABELLA CAIXETA
» WELLINGTON BARBOSA
» LARISSA LEONE*

A diarista Paola Stefany Neto Cirino, de 30 anos — suspeita de assassinar o advogado Cláudio Atala Inácio, 75, e a mulher, Maria Clotilde Moreira Maciel Atala Inácio, 76 —, foi presa na madrugada de ontem, em Itabira (MG), a cerca de 110 km de Belo Horizonte. O casal foi encontrado morto na terça-feira, no apartamento onde morava, no bairro São Pedro, na capital mineira, com aproximadamente 50 facadas. Ao ser detida, ela estava abraçada ao filho, de seis anos. A Polícia Civil de Minas Gerais apura se ela tinha um cúmplice, uma vez que depois de sair do prédio onde moravam Cláudio e Maria Clotilde, câmeras de segurança a flagraram entrando em um veículo, que aparentemente a esperava.

Paola deve ser enquadrada no crime de latrocínio. De acordo com os investigadores, Paola estava hospedada no It Itabira Hotel. Segundo o delegado Gustavo Barletta, responsável pelas diligências, ela

atendeu aos policiais no quarto parecia estar abalada. A diarista confessou o crime e afirmou que houve motivação financeira para cometer o crime. Segundo ela, apesar de já ter quitado uma dívida de R\$ 40 mil com agiotas em Ribeirão das Neves, na Grande BH, queria dinheiro para “curtir a vida”.

Conforme a polícia, depois de constatar a morte do casal, Paola teria se limpado, trocado de roupa com peças pertencentes à idosa, e lavado a faca utilizada no crime. Em seguida, recolheu objetos de valor da casa. Parte do dinheiro obtido com a venda dos itens foi recuperada pelos policiais.

Paola também declarou ser viciada em jogos de azar, compradora compulsiva e acumuladora de roupas femininas. Conforme Barletta, Paola afirmou que esperava ser presa diante da repercussão do caso. “Ela disse que se sentia envergonhada ao se ver na televisão o tempo todo e que nem queria mais sair à rua”, relatou o delegado.

Segundo Barletta, Paola demonstrou forte instabilidade emocional no interrogatório. “É uma

Reprodução/Redes Sociais



Paola relatou que não pretendia assassinar Cláudio e Maria Clotilde

pessoa confusa, mentalmente falhando. Apresenta falas desconexas. Ela disse que não tem nenhum juízo e pediu perdão à família das vítimas, afirmando que agora quer reerguer a vida e pagar pelo que fez”, disse o delegado.

Paola contou aos policiais que foi ao apartamento realizar um serviço de limpeza e afirmou que já havia recebido elogios de parentes das vítimas pela qualidade do trabalho. Segundo a diarista, ela não saiu de

casa com a intenção de cometer o crime. E decidiu furtar os bens ao perceber que Cláudio e Maria Clotilde tinham joias, relógios e dinheiro guardados no quarto do casal.

Medicamentos

Ela confessou que dopou as vítimas para facilitar o furto. Teria colocado quatro comprimidos de um medicamento de uso controlado, utilizado por ela para tratamento

da depressão, em um suco preparado no liquidificador.

“Ela utilizou quatro comprimidos. Trinta a 40 minutos depois, eles começaram a adormecer”, explicou o delegado. A Polícia Civil apreendeu cerca de 50 comprimidos que teriam sido usados para desacordar o casal na bolsa da suspeita, o que indica que a ação tenha sido premeditada.

Enquanto recolhia os objetos, Cláudio teria despertado e percebido o furto. Paola disse que, nesse momento, foi à cozinha e pegou uma faca para ameaçá-lo, mas o advogado tentou reagir. Nesse momento, ela o atacou.

A diarista afirmou não saber quantos golpes desferiu. Paola enfatizou que Maria Clotilde ainda estava sonolenta em razão dos medicamentos, mas também foi assassinada. Ela disse que ouvia “vozes” orientando-a matar o casal.

Após deixar o apartamento, Paola afirmou ter utilizado um carro para seguir até a região da Praça Sete, no Centro de Belo Horizonte. Ela relatou ter pago R\$ 40 pela corrida. A Polícia Civil acredita que o veículo seja de um motorista de aplicativo, mas investigará para constatar se ela não teve um cúmplice no latrocínio.

*Estagiárias sob a supervisão de Fabio Grecchi

» Advogado crê que foi dopado

O advogado Vinícius Mitre, de 66 anos, primo de Maria Clotilde Moreira Maciel Atala Inácio, de 76, assassinada junto com o marido, acredita que também tenha sido dopado por Paola Stefany Neto Cirino. Ele lembrou que em 13 de junho, ela trabalhou na casa dele e, à noite, saiu para assistir ao jogo do Brasil 1 x 1 Marrocos acompanhado dela. De lá, pediria um carro por aplicativo para a suspeita. Conforme relatou aos policiais, bebeu dois chopes e sentiu-se mal. Paola o acompanhou de volta até em casa e lá o deixou. No dia seguinte, ele sentiu falta da carteira, onde estavam os cartões e cerca de R\$ 700. Horas depois, Mitre voltou ao bar, do qual é frequentador, em busca da carteira. Não encontrou e registrou um boletim de ocorrência. No mesmo dia, foi notificado pelos bancos em que tem conta informando sobre tentativas de saque. Mas os sistemas das instituições impediram a transação.